



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0005171-93.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **ALESSANDRO GUSTAVO RISSI, CPF 433.745.718-67 - Advogado Dr. Marcos Rogério Felix de Oliveira**
 Requerido: **EURICO TANGERINO, CPF 511.902.818-72 - ausente no ato porém representado pela Advogada Dra. Fabiana Maria Carlino**

Aos 29 de novembro de 2017, às 14:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seus advogados. Presente também a testemunha do autor, Sr. Antonio. Pela ilustre procuradora do requerido foi apresentado um atestado médico justificando a ausência do mesmo, e ato contínuo foi apresentado ao procurador do autor para ciência. O MM. Juiz determinou que o atestado médico seja juntado aos autos no prazo de 3 dias, sem prejuízo de, desde já, reputar justificada a ausência, afastando a incidência dos efeitos da revelia. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar o depoimento da testemunha presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. A ação é procedente. O autor transitava pela Rua Visconde de Inhaúma com seu veículo Ford Fiesta. O réu, na condução do Fiat Uno Mille, saída do estacionamento do Supermercado Jaú Serve, à direita do veículo do autor, ingressando assim na mesma Rua Visconde Inhaúma. Nesse caso, não há dúvida alguma de que a preferencial era do autor. Tal circunstância já seria suficiente para se firmar presunção de culpa do réu, por não respeitar a preferencial em questão. Mas não é só. A testemunha ouvida nesta data relatou dinâmica do acidente que confirma a colisão tal como narrado na inicial: réu saindo do estacionamento, colidiu na lateral direita do veículo do autor, que estava transitando pela via pública. Poderia se cogitar de eventual culpa concorrente do autor se ele estivesse mesmo em alta velocidade, como alegado em contestação. Mas essa culpa concorrente é fato modificativo do direito do autor e, portanto, o ônus probatório era do réu. O réu não se desincumbiu desse ônus. Logo, a responsabilidade deve ser integralmente atribuída ao réu. No que toca à extensão dos danos, a despeito da tentativa do réu de impugnar os orçamentos que instruíram a inicial, fato é que a batida foi forte e atingiu as duas portas dianteiras do veículo do autor, como se vê nas fotografias de fls. 7/8 e confirmado pela testemunha ouvida nesta audiência. São danos condizentes com os serviços e peças indicados nos orçamentos de fls. 4/6, dos quais o autor elegeu, corretamente, o de menor valor, para embasar sua postulação. Por fim, tendo em vista o acolhimento integral da pretensão, por certo que fica afastada a condenação do autor nas penas de litigância de má-fé, requerida em contestação. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 8.420,57**, com correção monetária pela Tabela do TJSP a partir do orçamento (07.06.2017) e juros moratórios de 1% ao mês desde a data do acidente. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE**”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente: Marcos Rogério Felix de Oliveira

Adv. Requerido: Fabiana Maria Carlino

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA